

TÍTULO DO TRABALHO			
O IMPERIALISMO, O STALINISMO E A REVOLUÇÃO PERMANENTE: A REVOLUÇÃO CUBANA INTERPRETADA PELO MOVIMENTO TROTSKISTA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Isabella Duarte Pinto Meucci	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Mestranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Em janeiro de 1959, os guerrilheiros cubanos chegaram ao poder, trazendo muitas esperanças e dúvidas para a esquerda em todo o mundo. Nesse artigo pretendemos compreender como uma parcela dessa esquerda, o movimento trotskista, constatou e interpretou, logo no início do processo revolucionário, algumas das lições que consideraram terem sido reafirmadas pela Revolução Cubana. Dentre essas principais lições estariam: a luta contra o imperialismo como uma batalha possível, tendo em vista que a queda de uma ditadura apoiada pelo imperialismo tinha colocado sua força à prova; a luta contra o stalinismo também como outra possibilidade, pois a direção do movimento revolucionário não tinha sido feita por um partido comunista; por fim, a revolução não havia seguido um caminho etapista, corroborando para a teoria da revolução permanente. O principal objetivo desse artigo será entender como o movimento trotskista analisou cada uma dessas lições, e como seus significados foram modificados ao longo do tempo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Revolução Cubana; trotskismo; imperialismo; stalinismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>In January 1959, the Cuban guerrillas came to power, bringing many hopes and doubts to the left in the world. In this article we want to understand how a fraction of this left, the Trotskyist movement, interpreted, right at the beginning of the revolutionary process, some of the lessons they considered reaffirmed by the Cuban revolution. Among these lessons were: the struggle against imperialism as a possible battle, considering that the fall of a dictatorship supported by imperialism had tested its strength; the struggle against Stalinism as well as another possibility, because the direction of the revolutionary movement had not been made by a Communist Party; finally, the revolution had not followed an etapist way, corroborating to the theory of permanent revolution. The main objective of this article is to understand how the Trotskyist movement examined each of these lessons, and how their meanings changed throughout the time.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Cuban Revolution; Trotskyism; imperialism; Stalinism			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

O IMPERIALISMO, O STALINISMO E A REVOLUÇÃO PERMANENTE: A REVOLUÇÃO CUBANA INTERPRETADA PELO MOVIMENTO TROTSKISTA

Isabella Meucci

Introdução

Em novembro de 1989 o Muro de Berlim ruiu. A queda de um grande símbolo trouxe consigo o término da conhecida Guerra Fria e o fim do bloco socialista. Para Castañeda (1994), os Estados Unidos e o capitalismo triunfaram, especialmente na América Latina, cobrindo “com tanta persistência a paisagem de uma região na qual, pouco tempo antes – a partir de uma outra vitória, a da Revolução Cubana -, homens e mulheres do mundo inteiro depositaram sua fé revolucionária em outro ideário.” (CASTAÑEDA, 1994, p. 19). De fato, trinta anos antes o cenário era completamente oposto. Em janeiro de 1959, quando jovens guerrilheiros tomaram o poder na pequena ilha de Cuba, novas esperanças e perspectivas surgiram na esquerda latino-americana e mundial.

Em 1959, a Revolução Cubana não trouxe apenas um outro ideário, mas constituiu também uma mudança capital no pensamento marxista latino-americano, representando uma guinada teórica, e principalmente prática (LÖWY, 2012, p. 43). O sociólogo argentino Juan Carlos Portantiero (1991, p.333) destaca o papel crucial da Revolução Cubana para o início de uma nova etapa do marxismo nesse continente, abrindo novos caminhos e marcando a culminação de uma longa história: a da penetração das ideias socialistas e da difusão do marxismo.

A Revolução Cubana, além de demonstrar que era possível enfrentar o imperialismo em um território que sempre foi considerado seu “quintal”, também rompeu com padrões clássicos de luta centrados nos partidos revolucionários (BARÃO, 2003, p.232). Isso se deve ao fato desse acontecimento ter subvertido a problemática tradicional estabelecida na América Latina pela corrente marxista até então hegemônica, ou seja, modificando a forma como a revolução era interpretada e reivindicada pelos partidos comunistas de todo o continente.

Nesse sentido, a conquista cubana representou um questionamento, principalmente daquelas interpretações “etapistas” de um modelo de revolução, abrindo caminho para que análises marginalizadas no pensamento político marxista pudessem encontrar certo respaldo, como é o caso do movimento trotskista. Nesse artigo, pretende-se avaliar como o movimento trotskista internacional compreendeu os significados dessa revolução tanto para o continente

latino-americano quanto para o restante do mundo. Busca-se aqui entender de que maneira esse movimento considerou o ocorrido em Cuba como algo que confirmava, ao menos inicialmente, algumas de suas principais teses.

Deve-se ressaltar que, quando os guerrilheiros cubanos chegaram ao poder, não havia uma posição única da IV Internacional sobre as questões colocadas por esse processo. O que havia eram posições de cada uma das frações estabelecidas após a cisão dessa organização ocorrida em 1953, por divergências acerca das resoluções do 3º Congresso da Quarta Internacional, de 1951.¹ Nessa cisão foram criados o Comitê Internacional (CI) e o Secretariado Internacional (SI), ambos reivindicando-se como IV Internacional. Por isso, nesse artigo analisaremos as publicações dos norte-americanos do *Socialist Workers Party* (SWP), a fim de compreender a posição majoritária do Comitê Internacional (CI) e as publicações francesas da revista *Quatrième Internationale*, com a posição do Secretariado Internacional (SI). Em 1963, parte dos protagonistas dessa ruptura entraram em acordo novamente e formaram o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU-QI).²

Os trotskistas norte-americanos do SWP tiveram Joseph Hansen como o principal autor de artigos acerca da Revolução Cubana. Hansen viajou para Cuba com outro militante, Farrell Dobbs,³ no início dos anos 1960, contribuindo posteriormente com análises sobre o processo revolucionário em curso. Em 1978 escreveu o livro “*Dynamics of the Cuban Revolution Today: a Marxist Appreciation*”, no qual sintetiza suas considerações sobre o tema. Além das contribuições de Hansen, o periódico do SWP, *International Socialist Review*, também publicou artigos de Henry Gitano, James P. Cannon, Farrell Dobbs, Luis Vitale e Hugo Gozalez Moscoso.⁴ A revista *Quatrième Internationale* tem Pierre Frank como seu editor responsável, mas os principais textos sobre a situação cubana são escritos por A. Ortiz e Livio

¹ O 3º Congresso da IV Internacional ocorreu em agosto de 1951, e contou com a participação de 74 delegados, representando 27 organizações, de 25 países. A necessidade imediata desse encontro foi a redefinição de um projeto político considerado coerente. As duas principais questões desse Congresso estavam associadas à caracterização dos países do leste europeu e à polêmica sobre o entrismo *sui generis*, proposto pelo dirigente grego Michel Pablo, como principal meio de inserção no contexto histórico. As divergências acerca dessas questões levaram à referida cisão da IV Internacional pouco tempo depois.

² O *Parti Communiste Internationaliste* (PCI), liderado pelo francês Pierre Lambert e o *Socialist Labor League* (SLL), liderado pelo inglês Gerry Healy, não participaram dessa reunificação.

³ Farrell Dobbs (1907-1983) foi secretário geral do SWP norte-americano de 1953 a 1972, tendo sido candidato à presidência da república pelo partido por quatro vezes.

⁴ Henry Gitano, ou Henry Spira (1907-1998) foi um trotskista belga-americano, militante do SWP, e o primeiro jornalista americano a viajar para Cuba e entrevistar Fidel Castro após a Revolução. Luis Vitale (1927-2010), foi um historiador argentino-chileno que militou no *Partido Obrero Revolucionario* (POR) do Chile, tendo participado em 1965 do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), organização guerrilheira chilena. Hugo Gonzalez Moscoso (1922-2010) foi militante trotskista boliviano, secretário geral do *Partido Obrero Revolucionario* (POR), seção boliviana da Quarta Internacional.

Maitan.⁵ Há também contribuições de Ernest Mandel e, após a reunificação de 1963, de Hansen e Moscoso.

A luta contra o imperialismo: uma batalha possível

Henry Gitano, trotskista belga que fazia parte do *Socialist Workers Party* (SWP), partido trotskista norte-americano, viajou para Cuba por quase dois meses em 1960 para observar as mudanças que aconteciam na ilha. No artigo da revista *International Socialist Review* denominado “*First Year of the Cuban Revolution*”,⁶ o autor analisa o processo revolucionário e ressalta o que ocorria anteriormente no país: por trás da beleza de cartões postais vendidos a turistas existia a miséria real de milhões. Essa miséria era fonte de lucro para o imperialismo, pois com um povo faminto e uma ditadura corrupta, havia um ambiente ideal para os investidores norte-americanos.

Gitano estava correto, pois desde a independência cubana conquistada em 1902 com a intervenção dos Estados Unidos, a ilha havia se transformado em uma pseudo-república, além de uma neocolônia no plano econômico, tutelada pela presença dos norte-americanos (SADER, 1991). A economia cubana foi reduzida à monocultura de exportação, na qual o açúcar era complementado pelo tabaco, café e frutas cítricas, com um comércio de importação e exportação totalmente vinculado aos Estados Unidos. O capital norte-americano era primordial nas plantações de cana-de-açúcar, nas usinas, nas refinarias de petróleo, no sistema telefônico e na eletricidade.

Dessa maneira, a situação de Cuba, desde o fim da dominação espanhola, era caracterizada por uma relação de dominação econômica, política, social e cultural com os Estados Unidos. Como observa Ayerbe (2004), a participação norte-americana no processo de independência cubano frustrou expectativas de liberdade e soberania que alimentavam o movimento de independência desde o início: “a desilusão com o desfecho, será fator essencial na formação de uma singular consciência nacionalista, que passa a reivindicar uma terceira guerra emancipatória, desta vez contra os Estados Unidos” (AYERBE, 2004, p. 25-6).

Quando Gitano afirma que a queda de Batista marcava não o fim, mas o início de uma revolução que atacava a dominação imperialista, era porque o poder norte-americano

⁵ Livio Maitan (1923-2004) foi um militante trotskista italiano, destacado dirigente europeu ao lado de Ernest Mandel e Pierre Frank.

⁶ É preciso ressaltar que todos os documentos do *International Socialist Review* encontram-se transcritos em páginas online e não digitalizados. Por isso, mesmo que exista um intervalo de páginas correto, não é possível saber ao certo a paginação exata das citações.

estava sendo ameaçado em um dos locais no qual possuía maior influência. A probabilidade de um país tão pequeno e economicamente dependente se emancipar de uma dominação tão poderosa era remota. Por isso, a revolução não transformou apenas a realidade em Cuba, mas também trouxe às massas a confiança de que elas poderiam mudar o mundo. Segundo o militante do SWP, era nessa confiança que residia a vitalidade das mulheres e dos homens que estavam fazendo uma revolução vitoriosa.

Os trotskistas europeus do Secretariado Internacional (SI), na nota editorial da revista *Quatrième Internationale*, escrita em 1959, e denominada “*Où va La Révolution cubaine?*” também analisam o significado da vitória dos revolucionários cubanos. Para eles, o cenário romântico da revolução só poderia ser entendido quando se levasse em conta as origens pequeno-burguesas de sua direção e as forças que dominavam a etapa daquele momento – camponeses e pequeno-burgueses das cidades – e da chama revolucionária específica das tradições latino-americanas, e cubanas em particular. Ainda que o artigo não explicita qual seria essa “chama revolucionária” específica, tendo em vista o contexto e o momento histórico da América Latina naquele período, parece ficar claro que ela diz respeito aos movimentos de emancipação nacional desses países.

De acordo com o Secretariado Internacional, a experiência cubana, para aqueles que a viam como bem sucedida, poderia inflamar outros movimentos na América Latina. Esse era o maior temor do imperialismo norte-americano, que o exemplo de Cuba se propagasse por todo o continente. Por isso, para os trotskistas, uma das principais lições trazidas pelo povo cubano é que *o imperialismo norte-americano não era mais visto como um inimigo impossível de combater*.

No final de 1960, A. Ortiz escreve o artigo “*Révolution permanente à Cuba*”, na mesma revista citada anteriormente, no qual afirma que o cerco diplomático e econômico imposto pelo imperialismo após a Revolução Cubana, e a consequente aliança da ilha com Estados operários, deveriam ser vistas como importantes conquistas. Cuba quebrava o mito do poder e da dominação imperialista, de uma América Latina como “quintal” norte-americano. A revolução latino-americana teria agora um caminho aberto de alianças com Estados operários e com a revolução africana e asiática. Apoiando-se em outros estados operários, Cuba também estaria mostrando a outros países que romper com o imperialismo não seria uma tarefa fácil, mas possível através de uma aliança dos oprimidos de todo o mundo.

Diante de um fato épico para toda a esquerda latino-americana, trotskistas norte-americanos e europeus demonstraram grande entusiasmo por uma revolução feita a menos de 150 quilômetros do imperialismo por uma pequena ilha, que sofria as interferências dos

Estados Unidos desde sua independência. É importante destacar que o exemplo cubano não é visto por esses trotskistas apenas como algo que afetaria os países da América Latina, mas sim como uma amostra para o restante do mundo que o imperialismo poderia ser combatido. No entanto, para os trotskistas, não era apenas pelo exemplo de ruptura com o imperialismo que a revolução era importante, mas também pela ruptura com a hegemonia stalinista.

Não era preciso olhar para Moscou: a crise dos partidos comunistas

A Revolução Cubana não representou apenas um golpe para o imperialismo, mas também para os partidos comunistas de todo o mundo, que não haviam liderado o processo revolucionário na ilha e passaram a ter algumas de suas análises questionadas. Para Joseph Hansen, a “mais importante lição” trazida pela revolução é que “não era mais necessário olhar para Moscou em busca de uma liderança”. Essa “é a lição a ser tirada, sobretudo, pela classe trabalhadora em outros países, especialmente os subdesenvolvidos, onde o potencial revolucionário é alto” (HANSEN, 1960, s.p.). Para o autor do artigo escrito em 1960, quando essa lição fosse aprendida testemunharíamos uma aceleração do processo revolucionário e não haveria mais dúvidas que o poder da sociedade estaria nas mãos da classe trabalhadora. Além dessa análise assinalar uma perspectiva esperançosa diante dos acontecimentos futuros, também associa-se à crítica trotskista de que o stalinismo não poderia mais apontar caminhos, sendo a Revolução Cubana uma prova disso.

A vitória dos revolucionários aconteceu em meio à Guerra Fria, e apenas três anos após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), um dos eventos de maior importância para o movimento comunista internacional. Nesse Congresso, além da denúncia dos crimes de Stalin, as teses aprovadas apontavam para a consagração da via não violenta e parlamentar ao socialismo e da coexistência entre os sistemas capitalista e comunista, a chamada “coexistência pacífica”. Essa tese era contrária ao princípio de que o capitalismo e o socialismo eram antagônicos e não poderiam existir em paz.

Quando a luta armada demonstrou ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista, e abrir caminho para o socialismo (LÖWY, 2012, p. 44), acabou colocando em xeque a orientação que lutava por uma revolução através de uma via pacífica. As críticas dos trotskistas à “coexistência pacífica” já haviam sido feitas antes da revolução ocorrer em Cuba, mas após esse acontecimento os fatos passaram a corroborar de forma mais acentuada. É Joseph Hansen que mais uma vez destaca que “para romper com a hipnose do stalinismo, foi necessário rastejar pelas selvas de Sierra Maestra” (HANSEN, 1960, s.p).

É importante ressaltar que essa crítica não foi feita apenas pelos trotskistas. Outras correntes revolucionárias como o castrismo, o guevarismo e o maoísmo viram suas forças se desenvolverem na América Latina após o questionamento da política moderada dos partidos comunistas (LÖWY, 2012, p. 50). Nesse sentido, a busca por respostas ao que acabara de ocorrer em Cuba levou ao crescimento dessas correntes que não estavam associadas à liderança soviética no movimento comunista internacional e que teciam críticas às suas orientações.

Para os trotskistas, em especial, a “coexistência pacífica” representava a manutenção do *status quo*, algo considerado repulsivo a todo revolucionário que desejasse romper com a ordem vigente. Para Hansen, esse era o motivo pelo qual os jovens revolucionários cubanos não foram atraídos pelo Partido Socialista Popular (o então Partido Comunista de Cuba), visto que ele não era suficientemente revolucionário para aqueles que queriam mudar suas realidades. Por isso, os modelos de orientação que inspiraram esses jovens não vieram dos comunistas, mas do que lhes era mais próximo, ou seja, dos líderes do movimento de independência cubanos do século anterior, “homens dedicados que eram capazes de aceitar o martírio para avançar na causa pela liberdade” (HANSEN, 1960, s.p.).

É nesse sentido que os trotskistas norte-americanos compreendem que a primeira revolução socialista na América Latina ocorreu sob a liderança de revolucionários alheios à ideologia do comunismo stalinista. No entanto, nesse momento ainda não parecia claro, principalmente pelas expectativas geradas por tal acontecimento, que isso não queria dizer que os dirigentes cubanos estivessem propondo uma ruptura com a herança comunista ou formulando uma crítica ao marxismo soviético. Hansen, em outro artigo escrito para o SWP, exemplifica essa expectativa com uma liderança não stalinista: “Ao trazer uma liderança de origem não-stalinista, a Revolução Cubana visivelmente acelerou o eventual fechamento de todo capítulo do Stalinismo” (HANSEN, 1962, s.p.).

Os trotskistas europeus do Secretariado Internacional apresentam uma postura menos confiante e mais cautelosa quanto à liderança da revolução. Na já destacada nota editorial da revista *Quatrième Internationale* de 1959, enfatizavam que Fidel Castro possuía um mérito imenso por ter conquistado a simpatia das massas camponesas pobres e por tê-las feito se mobilizarem ativamente a seu favor, principalmente pela promessa de uma reforma agrária. Contudo, ressaltavam que sua direção era composta por membros de origem social e intelectual pequeno-burguesa, que não se apoiavam em nenhum partido ou movimento político (até aquele momento).

Fidel Castro, por sua vez, somente em 1962 na Segunda Declaração de Havana, teceu uma crítica àqueles que consideravam essa uma conquista pacífica e eleitoral ao poder,

ou ainda uma aliança com a “burguesia nacional”, sob a hegemonia desta. Para o líder cubano, essas possibilidades não cabiam aos povos latino-americanos. Dessa maneira, a classe operária e os intelectuais revolucionários, dirigindo o conjunto do povo explorado, sobretudo os camponeses, deveriam realizar a revolução em seus respectivos países (BARÃO, 2003, p. 236). Ao entrar em clara polêmica com a postura de “coexistência pacífica” dos partidos comunistas do continente, o líder cubano se aproximava das críticas trotskistas e lhes dava mais argumentos para a defesa de sua liderança.

De maneira geral, tanto os trotskistas norte-americanos do CI, quanto os europeus do SI, demonstraram grandes expectativas com uma liderança não-stalinista no processo revolucionário em curso. Ainda que os europeus tenham sido mais atentos quanto aos rumos que essa liderança poderia tomar, quando ocorreu a reunificação de 1963 e a formação do SU, ambos adotaram uma postura “entusiasta de apoio a Castro” (ALEXANDER, 1973, p. 235). Para o trotskismo internacional, apoiar os líderes cubanos – ainda que com ressalvas – era importante porque trazia o questionamento do stalinismo, ao mesmo tempo em que fortalecia análises que não estivessem associadas a essa corrente hegemônica no período.

O apoio do movimento trotskista internacional ao que ocorria em Cuba e as expectativas geradas por esse processo não estavam associadas apenas ao fato de suas lideranças não serem stalinistas. Para trotskistas norte-americanos e europeus, a Revolução Cubana não era somente uma amostra de que o comunismo stalinista não poderia liderar uma revolução, como também era a prova de que sua teoria revolucionária – baseada em etapas – havia fracassado.

Um processo revolucionário permanente e sem etapas

A crítica trotskista aos partidos comunistas também foi intensificada com a Revolução Cubana em virtude do questionamento da perspectiva etapista. Nessa perspectiva, adotada pelos partidos comunistas, os países chamados coloniais, semicoloniais e dependentes só poderiam transitar à ditadura do proletariado através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de um período de transformação democrático-burguesa em revolução socialista. Esses países teriam a ajuda daqueles que viviam sob a ditadura do proletariado (isto é, a URSS), pois seriam incapazes de chegar sozinhos ao socialismo (KAREPOVS et al., 1995, p. 114). Essa análise se associa à tese do “socialismo em um só país”, defendida por Stalin, na qual a probabilidade de uma revolução mundial ocorrer havia se estendido no tempo, por isso a construção do socialismo dentro das fronteiras da URSS deveria ser fortalecida. Os outros

países passavam a ter importância na medida em que servissem ao enfrentamento da URSS com o imperialismo (PINHEIRO, 1992, p. 173).

Na perspectiva etapista a primeira fase estaria relacionada a uma etapa nacional e democrática, quando seriam resolvidas as tarefas anti-imperialistas e a liquidação dos resquícios feudais ou semifeudais das formações sociais desses países. Para que isso ocorresse, a burguesia nacional poderia ser considerada como uma aliada do proletariado, tendo em vista que a contradição central estaria entre essa burguesia nacional e o imperialismo. Numa próxima etapa a contradição repousaria entre a burguesia e o proletariado, quando entraria em questão a etapa socialista (BARÃO, 2003, p. 268). Após a Revolução Cubana, no entanto, tornava-se difícil defender que a luta por uma revolução democrático burguesa através de um caminho pacífico e em aliança com a burguesia nacional poderia ser bem sucedida.

Em virtude da defesa do “socialismo em um só país” e da necessidade de uma revolução por etapas, o trotskista Joseph Hansen afirma que o stalinismo teria se mostrado “o freio mais potente da revolução na experiência do proletariado” (HANSEN, 1960, s.p.). A mesma expressão seria utilizada no editorial da *Quatrième Internationale* de dezembro de 1962: os PCs latino-americanos tinham se transformado de vanguarda em freio da revolução no continente. O novo fato da política mundial seria que nem o stalinismo e nem o capitalismo, ou a combinação de ambos, poderia suprimir processos revolucionários indefinidamente. Esses não poderiam nem mesmo impedir o proletariado de romper com questões democráticas que mascaravam sua direção.

A ênfase no rompimento de modelos etapistas e a crítica ao stalinismo como freio de revoluções por parte dos trotskistas estão amplamente relacionadas à teoria da revolução permanente. Idealizada por Trotsky em 1906 e atualizada em 1930, a teoria da revolução permanente constatava que a burguesia deixara de ser revolucionária e se tornara conservadora, o que a impossibilitava de realizar tarefas democrático-burguesas necessárias aos países coloniais e semicoloniais. “Essas tarefas estariam a cargo do proletariado, que, hegemônico, não se deteria apenas nelas e rumaria para resolver tarefas anticapitalistas, transformando a revolução inicialmente democrática em socialista, e estendendo-se a outros países.” (KAREPOVS et al. 1995, p. 119-120). A revolução socialista só poderia acontecer de forma ininterrupta e se completar em escala internacional.

Por isso, enquanto no modelo etapista a revolução só poderia ocorrer em etapas definidas, para os trotskistas uma revolução só aconteceria de modo permanente. É nesse sentido que a Revolução Cubana teria enfatizado outra lição: a de que um processo revolucionário é permanente e sem etapas. Essa posição era defendida tanto pelos norte-

americanos do SWP quanto pelos europeus do Secretariado Internacional, além de mais tarde adotada pelo Secretariado Unificado. Entre os norte-americanos, mais uma vez é Joseph Hansen quem afirma que o caso de Cuba não fez com que os trotskistas buscassem um novo programa, mas sim confirmassem suas análises anteriores acerca da revolução permanente: “disso derivamos uma base significativa e útil para encontrar nosso lugar na Revolução Cubana” (HANSEN, 1963, s.p.).

No final de 1960, no artigo já citado *“Révolution permanente à Cuba”*, o então Secretariado Internacional analisa o desenvolvimento das forças da revolução. As medidas revolucionárias como a reforma agrária, a aliança com Estados operários e a nacionalização de empresas associadas ao capitalismo internacional levam a crer que o velho equilíbrio das forças capitalistas foi rompido. Por isso, ainda que tenha se iniciado como uma revolução “democrático-burguesa”, tanto por sua direção quanto por suas tarefas imediatas, viu-se envolvida rapidamente em contradições. Essas só poderiam ser solucionadas com a mobilização do proletariado e dos camponeses em luta contra o imperialismo e as forças reacionárias locais.

Anos mais tarde essa ideia continuaria sendo reafirmada quando o Secretariado Unificado (SU) publicou o artigo *“Les leçons de la révolution cubaine”* do trotskista boliviano Hugo Gonzalez Moscoso. Escrito em 1967, esse artigo afirmava que a primeira lição teórica e prática da Revolução Cubana foi que o processo revolucionário, nos chamados países coloniais, não se dividia em etapas, e nem se prendia a etapas intermediárias: “É por um processo ininterrupto que a revolução rechaça o imperialismo e liquida o capitalismo nacional. Essa é a condição da vitória, da libertação política e do desenvolvimento econômico (...) A revolução cubana é o exemplo vivo que proporciona, na prática, a teoria trotskista” (MOSCOSO, 1967, p. 15-16).

Observa-se que o movimento trotskista internacional tanto antes da reunificação de 1963 quanto depois, compreendeu que a Revolução Cubana era um exemplo de que a perspectiva etapista e a teoria do socialismo em um só país estavam equivocadas. A vitória dos revolucionários cubanos, e a radicalização do processo por meio de mudanças na estrutura econômica e social, era vista como prova de que a teoria da revolução permanente estava correta.

Uma das mudanças mais importantes na estrutura econômica de Cuba, que fez com que os trotskistas considerassem que o processo havia sido radicalizado rapidamente, foi a Lei de Reforma Agrária. Promulgada em 17 de maio de 1959, ressaltava que “aqueles que trabalham a terra devem possuí-la”. Para os trotskistas, a nova lei era uma radicalização do

processo revolucionário, principalmente porque “atacou a velha estrutura econômica e os velhos privilégios de classe, e abriu caminho para profundas mudanças econômicas e sociais” (ORTIZ, 1960, p. 33). O filósofo Daniel Bensaid afirma que a expropriação da grande propriedade feita em 1960 e o aprofundamento da Reforma Agrária são medidas saudadas pelos trotskistas como o início de uma nova época na história da revolução mundial: o advento de um Estado socialista sob a condução de um partido que não era proveniente do stalinismo (BENSAID, 2008, p. 99).

A radicalização do processo revolucionário significava o possível desenvolvimento de um Estado socialista, mas não deixaria dúvidas quanto ao ataque direto ao capitalismo. Isso porque a reforma agrária não constituía um ataque a uma classe feudal conservadora que impedia o desenvolvimento do país, mas ao próprio capitalismo. Tendo em vista que a exploração das terras era estruturada pelas grandes empresas capitalistas americanas, sua expropriação era uma afronta direta ao imperialismo.

As relações entre Cuba e Estados Unidos se deterioraram progressivamente após a assinatura da Lei de Reforma Agrária. Entre janeiro e maio de 1959, as reações negativas, por parte dos Estados Unidos ante o novo governo cubano, assumiram um caráter de advertência e foram veiculadas pela imprensa, não possuindo um caráter oficial. Com a assinatura da lei, o confronto entre os objetivos da revolução e a política dos Estados Unidos adquire nova forma quando engenhos e plantações de cana-de-açúcar de propriedade de cidadãos norte-americanos foram expropriados pelo governo revolucionário (AYERBE, 2004).

Para os trotskistas, a reforma agrária “era uma declaração de guerra” (ORTIZ, 1960, p. 34), pois não era realizada pelos capitalistas, mas contra eles e com o apoio das massas camponesas, dos trabalhadores agrícolas e dos trabalhadores e a pequena-burguesia pobre das cidades. Contudo, não era apenas por declarar guerra ao imperialismo que era vista como um aprofundamento e uma radicalização da revolução. Moscoso, no artigo acima citado, afirmara que quando a reforma se iniciou e as nacionalizações foram feitas, os setores pequeno-burgueses passaram a criticar e a sabotar a revolução. Essa seria a comprovação prática de que a burguesia era incapaz de ser revolucionária, e que eram as massas que representariam a força dinâmica desse processo. Era a reforma agrária que confirmava mais uma vez, para os trotskistas, que a revolução deveria ser permanente e sem etapas.

Considerações finais

Quando os guerrilheiros cubanos chegaram ao poder, poucas certezas e muitas esperanças surgiram para toda esquerda mundial, inclusive nas fileiras trotskistas. Dentre as poucas certezas estavam alguns fatos concretos: uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos acabara de ser derrubada; uma guerrilha rural formada por estudantes de origem pequeno-burguesa e apoiada por camponeses tinha chegado ao poder com base em ideais nacionalistas; o processo revolucionário não tinha sido dirigido por um partido comunista. As dúvidas estavam associadas a como interpretar o significado dessa revolução para o mundo, tendo em vista que seus rumos, ainda que incertos, carregavam o peso de muitas expectativas.

Embora cindido, o trotskismo internacional constatou logo no início do processo revolucionário que algumas lições trazidas pela Revolução Cubana eram muito claras. A queda de uma ditadura apoiada pelo imperialismo tinha colocado sua força à prova, mostrando que era possível combatê-lo. Ao mesmo tempo, a direção do movimento revolucionário não tinha sido feita por um partido comunista, o que revelava o problema da “coexistência pacífica” propagada pelo comunismo soviético. Por fim, a revolução não havia seguido um caminho etapista, corroborando para a teoria da revolução permanente.

Contudo, o processo revolucionário não trazia apenas ensinamentos e exemplos. Ainda existiam muitas questões instauradas pela Revolução Cubana que precisavam ser entendidas: a (in)existência de um partido marxista revolucionário, o papel dos camponeses na revolução latino-americana, o caráter do Estado cubano e, principalmente, o papel da guerrilha no continente. Todas essas serão questões candentes até a atualidade, tanto para o movimento trotskista quanto para o restante da esquerda mesmo que o ideário da revolução cubana não se faça presente da mesma forma. Essas, no entanto, são questão para um próximo artigo.

Bibliografia

ALEXANDER, Robert Jackson. *Trotskyism in Latin America*. Stanford, Stanford University, 1973.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.

CASTANEDA, Jorge. *Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BARÃO, Antônio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003.

BENSAID, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008.

GITANO, Henry. First Year of the Cuban Revolution. *International Socialist Review*, v.21, n.2, 1960, p.38-42.

HANSEN, Joseph. Ideology of the Cuban Revolution. *International Socialist Review*, v.21, n.3, 1960, p.74-78.

_____. The Nature of the Cuban Revolution. *Socialist Workers Party*, nov. 1962.

_____. Cuba: The Acid Test. *SWP discussion bulletin*, v.24, n.2. jan. 1963.

KAREPOVS, Dainis, LOWY, Michel, MARQUES NETO, José Castilho. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil - Os influxos teóricos*. Campinas: UNICAMP, 1995, v.2.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MOSCOSO, Hugo Gonzalez (1967). Les leçon de la Révolution Cubaine. *Cahiers de la Quatrième Internationale: Sur la revolucion cubaine*, n.2, 1971.

ORTIZ. Révolution permanente à Cuba. *Quatrième Internationale*, ano 18, n.11, Out-Nov, 1960, p.32-38.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSBAWN et al. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v.XI.

QUATRIÈME INTERNATIONALE. Où va la Révolution cubaine. *Quatrième Internationale*, ano 17, n.7, set/out, 1959, p.28-32.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.